

RELATÓRIO DE INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Escopos 1, 2 e 3
Ano Inventariado: 2022

Emissão do Relatório: 04/03/2024
Versão: 1.3

Florianópolis, 4 de março de 2024.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
OBJETIVOS	4
OBJETIVO GERAL	5
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
METODOLOGIA	6
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	8
NOME	8
CNPJ	8
SETOR ECONÔMICO	8
SUBSETOR	8
ENDEREÇO	8
DADOS DO INVENTÁRIO	11
RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO	11
UNIDADES E RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES DO INVENTÁRIO	11
ANO DO INVENTÁRIO	11
VERIFICAÇÃO	11
TIPO DO INVENTÁRIO	11
LIMITES DO INVENTÁRIO	12
LIMITES ORGANIZACIONAIS	12
ABORDAGEM DE CONSOLIDAÇÃO UTILIZADA NO INVENTÁRIO	13
ORGANOGRAMA	13
LIMITES OPERACIONAIS RELATADOS NO INVENTÁRIO	13
Emissões e Remoções Diretas de GEE	13

Emissões de GEE por uso	13
Outras Emissões Indiretas de GEE	14
COMPONENTES DO INVENTÁRIO DE GEE	15
EMISSIONES E REMOÇÕES DE GEE	15
Resumo das Emissões Totais	15
Emissões do Escopo 1 Desagregadas por Categoria	15
Emissões do Escopo 2 Desagregadas por Categoria	15
Emissões do Escopo 3 Desagregadas por Categoria	15
ATIVIDADES DE MITIGAÇÃO	16
Iniciativas de Redução e Remoção de Emissões de GEE	16
Projetos de Redução ou Melhoria de Emissões de GEE	16
Metas de Redução ou Melhoria de Emissões de GEE	16
AVALIAÇÃO E REDUÇÃO DA INCERTEZA	16
REFERÊNCIAS	17

APRESENTAÇÃO

O aumento do nível de gases de efeito estufa na atmosfera, emitidos há décadas pela ação humana (efeitos antrópicos), especialmente por meio da queima de combustíveis fósseis, tem como consequência o aumento da temperatura do planeta, em razão da propriedade particular das moléculas destes gases em reter o calor da radiação solar.

A presença desses gases na atmosfera permitiu que houvesse vida na Terra e sem eles a temperatura média do planeta seria em torno de 0°C . Porém, após a invenção do motor a explosão e com a Segunda Revolução Industrial, o petróleo e os combustíveis fósseis tornaram-se fontes baratas e abundantes na natureza, passando a ser a principal matriz energética de muitos países. O mundo como o conhecemos foi construído e formatado sob o viés da utilização dos combustíveis que alimentaram motores, máquinas, transportes, aquecimento, etc..

A queima de combustíveis fósseis, o aumento da população mundial, o alargamento de cidades invadindo espaços verdes, o desmatamento de florestas, o modelo de consumo exacerbado, as demandas crescentes de energia, de matéria-primas (pedra, minerais, etc.), de produção de alimento, entre outras variáveis, têm fornecido um quadro crítico que afeta diretamente a capacidade de absorção dos gases de efeito estufa pelos processos naturais (ciclo do carbono, por exemplo).

No relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC¹), um importante documento informativo aos países, publicado em 2023², seu Presidente, Hoesung Lee, afirma: *“este Relatório de Síntese destaca que medidas mais ambiciosas são urgentemente necessárias e que, se agirmos agora, ainda poderemos garantir um futuro sustentável e habitável para todo o planeta”*..³

Assim, a redução das emissões dos gases de efeito estufa deve fazer parte do compromisso das instituições públicas com a sociedade do presente e do futuro e o TRE-SC engaja-se nesse desafio, dando o primeiro passo, por meio do presente diagnóstico, que apresenta à sociedade catarinense o relatório de inventário de emissões de gases de efeito estufa do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, referente ao exercício 2022.

¹ Orgão das Nações Unidas foi criado em 1988 para fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre o estado atual do conhecimento sobre as mudanças climáticas.

² Trata-se uma análise das publicações científicas do mundo todo que tratam sobre o Clima.

³ Conforme tradução livre do Comunicado à Imprensa, disponível em https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/press/IPCC_AR6_SYR_PressRelease_en.pdf (tradução livre)

O TRE-SC aderiu ao Projeto Nacional de Elaboração do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), que é parte da implementação da Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, promovida e coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ação diretamente conexa com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da Organizações das Nações Unidas⁴ (Ação contra a mudança global do clima/ Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos).

No âmbito da Justiça Eleitoral este projeto foi idealizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e capitaneado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Dentro do calendário proposto, o plano de compensação ambiental deverá ser apresentado oportunamente, com propostas de medidas visando a redução das emissões e um estudo sobre a viabilidade da compensação.

Promover a sustentabilidade ambiental é iniciativa alinhada ao objetivo estratégico Promoção da Sustentabilidade, presente no ciclo estratégico em vigência neste Tribunal, e este relatório é instrumento útil para o direcionamento de ações do Plano de Logística Sustentável, que visa contribuir para o enfrentamento às mudanças climáticas.

Este documento apresenta os objetivos, a metodologia, as informações institucionais, os dados do inventário, os limites operacionais considerados e, ainda, as principais ações para o aperfeiçoamento de inventários subsquentes.

Por fim, com a publicação deste relatório, o TRE-SC terá um diagnóstico para estabelecer ações locais para gestão das emissões de gases de efeito estufa, que é um desafio de sustentabilidade de abrangência global.

⁴ A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Ver Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, disponível em <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Apresentar à sociedade o relatório de inventário de emissões de gases de efeito estufa do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina referente ao exercício 2022.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Registrar e acompanhar a evolução das emissões de gases de efeito estufa do TRE-SC ao longo do tempo.
- Identificar oportunidades de implementar ações operacionais para a mitigação das emissões, para o ganho de eficiência energética e para a redução de custos ambientais e financeiros.
- Atuar de forma ecologicamente responsável, servindo como exemplo perante a sociedade, agregando valor positivo à imagem do TRE-SC.
- Servir de insumo para melhorias e aperfeiçoamentos no Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.
- Possibilitar a participação do TRE-SC em programas de divulgação de gestão climática.

METODOLOGIA

A metodologia para a elaboração do primeiro relatório do inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa do TRE-SC seguiu as seguintes etapas:



O Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) consiste na mensuração e publicação das emissões de GEE do TRE-SC e está baseado na metodologia do Programa GHG Protocol, adaptado ao contexto brasileiro, o qual é composto por ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de GEE.

O Programa Brasileiro GHG Protocol foi desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e pelo *World Resources International (WRI)*, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), *World Business Council for Sustainable Development (WBSCD)* e mais 27 empresas fundadoras.

O cálculo das emissões de GEE por meio do Programa Brasileiro GHG Protocol baseia-se nas emissões de gases de efeito estufa com relação a três escopos⁵, quais sejam:

- Escopo 1 – Combustão Estacionária, Combustão Móvel e Emissões Fugitivas.
- Escopo 2 – Consumo de Energia Elétrica – nas abordagens por Localização e Escolha de Compra.
- Escopo 3 – dividido nas seguintes categorias:
 - Categoria 1 - Bens e serviços comprados.
 - Categoria 2 – Bens de capital.
 - Categoria 3 - Atividades Combustível e Energia.
 - Categoria 4 - Transporte e Distribuição *UpStream*.
 - Categoria 5 - Resíduos Gerados nas Operações.
 - Categoria 6 - Viagens a Negócio.
 - Categoria 7 - Deslocamento Funcionário - Casa-Trabalho.

⁵ Ver título “LIMITES DO INVENTÁRIO”. O cálculo das emissões do TRE-SC foi realizado com base nos dados disponíveis.

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

NOME

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CNPJ

05.858.851/0001-93

SETOR ECONÔMICO

Institucional

SUBSETOR

Órgão Público do Poder Judiciário Federal

ENDEREÇO

Rua Esteves Júnior, 68, centro, Florianópolis, Santa Catarina, 88015-130

RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO DO INVENTÁRIO

Diretor-Geral do TRE-SC/Secretaria de Administração e Orçamento

MAPA ESTRATÉGICO

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) é um órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal), ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado de Santa Catarina, bem como a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

As competências do TRE-SC estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e nos artigos 20 e 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRE-SC n. 7.847, de 12 de dezembro de 2011). Com sede em Florianópolis, possui jurisdição em todo o Estado de Santa Catarina.

Em matéria eleitoral, as principais normas direcionadoras da atuação do TRE-SC são: Constituição Federal de 1988; Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral); Lei Complementar n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); Lei n. 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos); e Leis n. 9.504/1997 (Lei das Eleições), n. 13.831/2019 e n. 13.877/2019. Em matéria administrativa, as principais normas direcionadoras da atuação do TRE-SC são: Resolução TRE-SC n. 7.847/2011 (Regimento Interno), Resolução TRE-SC n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica), Resolução CNJ n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021/2026), e o Plano Estratégico Institucional (Ciclo 2021-2026), instituído pela Portaria P n. 83/2021 e referendado pelo TRE-SC em sessão plenária realizada no dia 05 de julho de 2021.



DADOS DO INVENTÁRIO

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO

Carlos Ruas de Araújo (Seção de Administração de Equipamentos e Móveis / Secretaria de Infraestrutura e Serviços)

Daniel da Rosa Vargas (Seção de Governança, da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições)

Gabriela de Souza Guedes (Assessoria Executiva da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral)

Palmyra Farinazzo Reis Repette (Seção de Engenharia e Arquitetura / Secretaria de Infraestrutura e Serviços)

UNIDADES E RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES DO INVENTÁRIO

Secretaria de Administração e Orçamento – Geraldo Luiz Savi Júnior

Secretaria de Infraestrutura e Serviços – Gilson Carlos da Silveira Veríssimo Bastos

Secretaria de Gestão de Pessoas - Ana Claudia Furtado Vidal

Secretaria de Tecnologia da Informação – Renato de Ávila Pacheco

ANO DO INVENTÁRIO

2022

VERIFICAÇÃO

O inventário não foi verificado por terceira parte.

TIPO DO INVENTÁRIO

Completo

LIMITES DO INVENTÁRIO

LIMITES ORGANIZACIONAIS

A infraestrutura física da Justiça Eleitoral é composta pelos edifícios-Sede, localizados na região metropolitana de Florianópolis, e pelos Cartórios Eleitorais, localizados nas cidades de sediam as Zonas Eleitorais.

O relato desagregado das emissões das unidades que possuem emissões de Escopo 1 iguais ou superiores a 10.000 tCO₂ por ano é obrigatório. O relato das emissões das outras unidades, assim como o de empresas controladas, é opcional. As emissões desagregadas por unidades podem ser encontradas na Seção 2.7 - Emissões por unidades de operação deste documento.

Legenda



Sede (inclusive os Anexos I e II)



Cartórios Eleitorais

ABORDAGEM DE CONSOLIDAÇÃO UTILIZADA NO INVENTÁRIO

O inventário foi consolidado sob a abordagem de Controle Operacional, considerando a Sede e os Cartórios Eleitorais localizados em todo o Estado de Santa Catarina.

ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é mantida atualizada no sítio da internet, disponível no link <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/estrutura-organizacional>.

LIMITES OPERACIONAIS RELATADOS NO INVENTÁRIO

Emissões e Remoções Diretas de GEE

Escopo 1:

- Combustão móvel
- Combustão estacionária
- Emissões Fugitivas

Emissões de GEE por Uso

Escopo 2

- Energia Elétrica – Abordagem Localização

Outras Emissões Indiretas de GEE

Escopo 3

- Transporte e distribuição (*upstream*)
- Resíduos gerados nas operações
- Viagens a negócios
- Deslocamento de funcionários (casa-trabalho)

COMPONENTES DO INVENTÁRIO DE GEE

EMISSÕES E REMOÇÕES DE GEE

Resumo das Emissões Totais

O Inventário de Gases do Efeito Estufa 2022 do TRE-SC seguiu o Programa Brasileiro GHG Protocol, cujo objetivo é estimular a cultura corporativa de inventário de emissões de GEE no Brasil, para uma agenda de enfrentamento às mudanças climáticas nas organizações e proporcionar instrumentos e padrões de qualidade internacional para a contabilização das emissões e publicação dos inventários.

A partir da Tabela 1 é possível verificar uma expressiva geração de gases do efeito estufa em relação aos Escopos 1 e 3, notadamente gases do tipo CO₂, que totaliza 17.353,695 toneladas de emissões equivalentes. As emissões equivalentes são uma métrica utilizada para comparar as emissões de vários gases do efeito estufa baseado no potencial de aquecimento global de cada um.

No TRE-SC, o **Escopo 1** abrange as emissões relacionadas às categorias de combustão estacionária, combustão móvel e emissões fugitivas; no **Escopo 2**, as emissões estão relacionadas à atividade de consumo de energia (localização) e, por fim, no **Escopo 3**, as categorias aplicáveis foram as de número 4, transporte e distribuição (*upstream*), relativa às emissões de transporte de produtos em veículos e instalações que não são de propriedade, nem operados pelo Tribunal (exemplo, caminhões que distribuem as urnas eletrônicas nas eleições); número 5, que são os resíduos sólidos gerados; número 6, representando as viagens a negócio e; número 7, que indica o deslocamento casa-trabalho.

É importante salientar que Escopo 3 é o mais complexo e não obrigatório em certos tipos de inventários, pois o controle das emissões não pode ser feito pelo TRE-SC. Em contrapartida, as emissões de CO₂ atribuídas ao Escopo 3 são bastante significativas e precisam ser viabilizadas, na medida do possível, por meio dos instrumentos contratuais disponíveis e a medida em que avança a conscientização sobre a importância desse tema junto à sociedade.

Neste primeiro inventário de emissão de gases de efeito estufa, não foi possível realizar a verificação referente aos bens e serviços comprados (Categoria 3, Escopo 3), pois depende do levantamento de informações provenientes de empresas contratadas, cujos contratos não previam o levantamento e fornecimento desses dados para o TRE-SC. No futuro Plano de Ações, Compensações e Mitigação a ser elaborado, o Tribunal incluirá gradualmente a inserção das obrigações de fornecimentos de tais informações nos instrumentos contratuais.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, com a totalização das emissões consolidadas por tipo de GEE e escopos.

Tabela 1 - Emissões consolidadas, por tipo de GEE e escopos

GEE (t)	Emissões em toneladas métricas, por tipo de GEE			Emissões em toneladas métricas de CO ₂ equivalente (tCO ₂ e)		
	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 3	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 3
CO ₂	127,605000	46,198000	41,600000	127,605	46,198	41,60
CH ₄	0,016000	-	0,124000	0,448	-	3,472
N ₂ O	0,008000	-	0,017000	2,120	-	4,505
HFCs	-		-	-		-
PFCs	-		-	-		-
PFC-14	-		-	-		-
PFC-116	-		-	-		-
PFC-218	-		-	-		-
PFC-318	-		-	-		-
PFC-3-1-10	-		-	-		-
PFC-4-1-12	-		-	-		-
PFC-5-1-14	-		-	-		-
PFC-9-1-18	-		-	-		-
Trifluorometil pentafluoreto de enxofre	-		-	-		-
Perfluorociclopropano	-		-	-		-
SF ₆	-		-	-		-
NF ₃	-		-	-		-
Total				130,173	46,198	49,577

Tabela 2 - Emissões de CO₂ biogênico

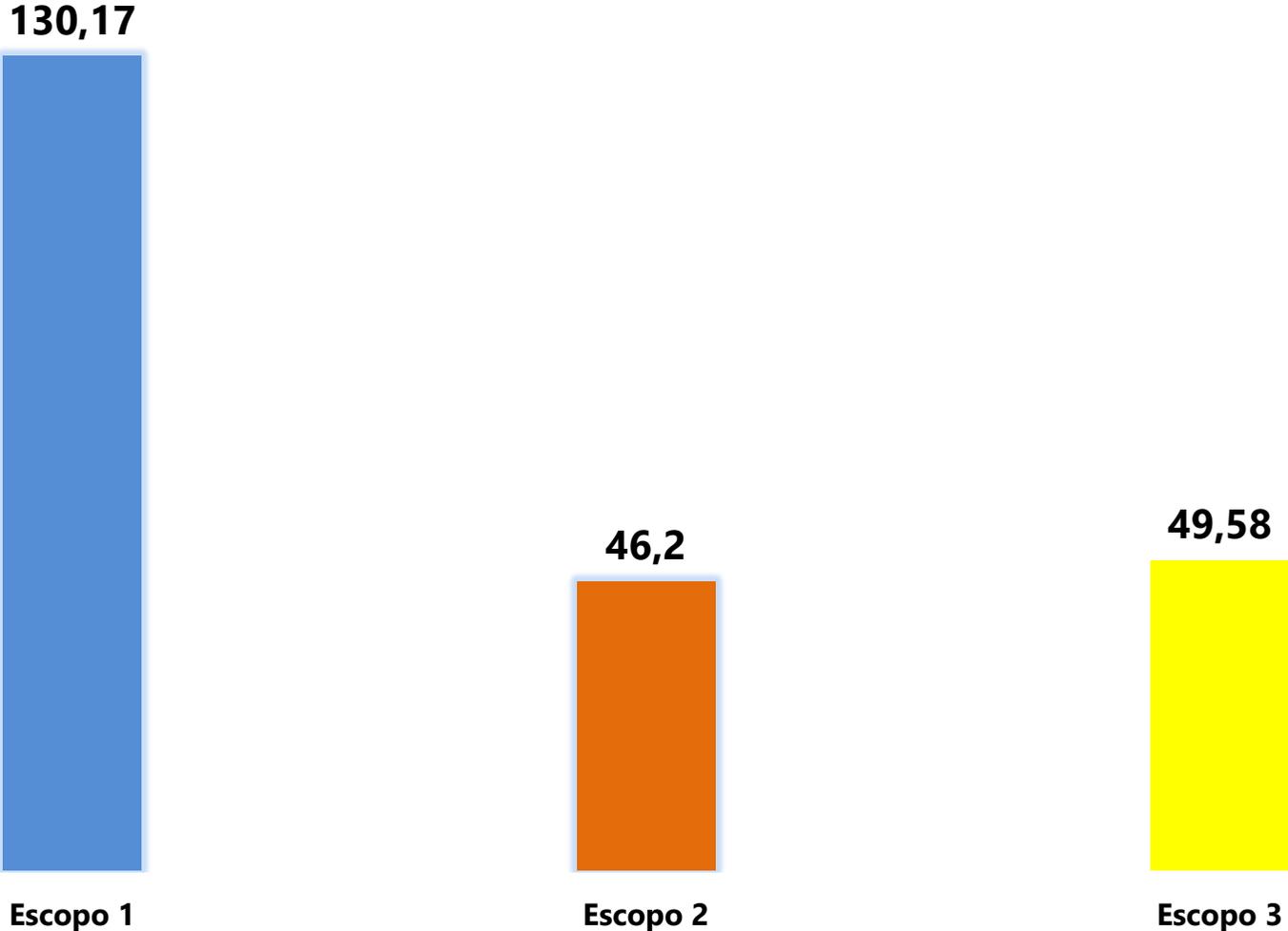
Emissões de CO₂ biogênico

	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 2 (abordagem por "escolha de compra")	Escopo 3
CO ₂ (t)	31,40	-	-	7,55
CH ₄ (t)				
N ₂ O (t)				
HFC (t)				
PFC (t)				
SF ₆ (t)				
NF ₃ (t)				
Emissões de CO₂ biogênico (t)	31,404329	-	-	7,551214

O Gráfico 1 resume os valores das emissões de GEE pelo TRE-SC referentes a 2022, classificados por escopo.

Gráfico 1 - Emissões de GEE por escopo

Emissões de GEE por escopo (toneladas CO2)



Emissões do Escopo 1 Desagregadas por Categoria

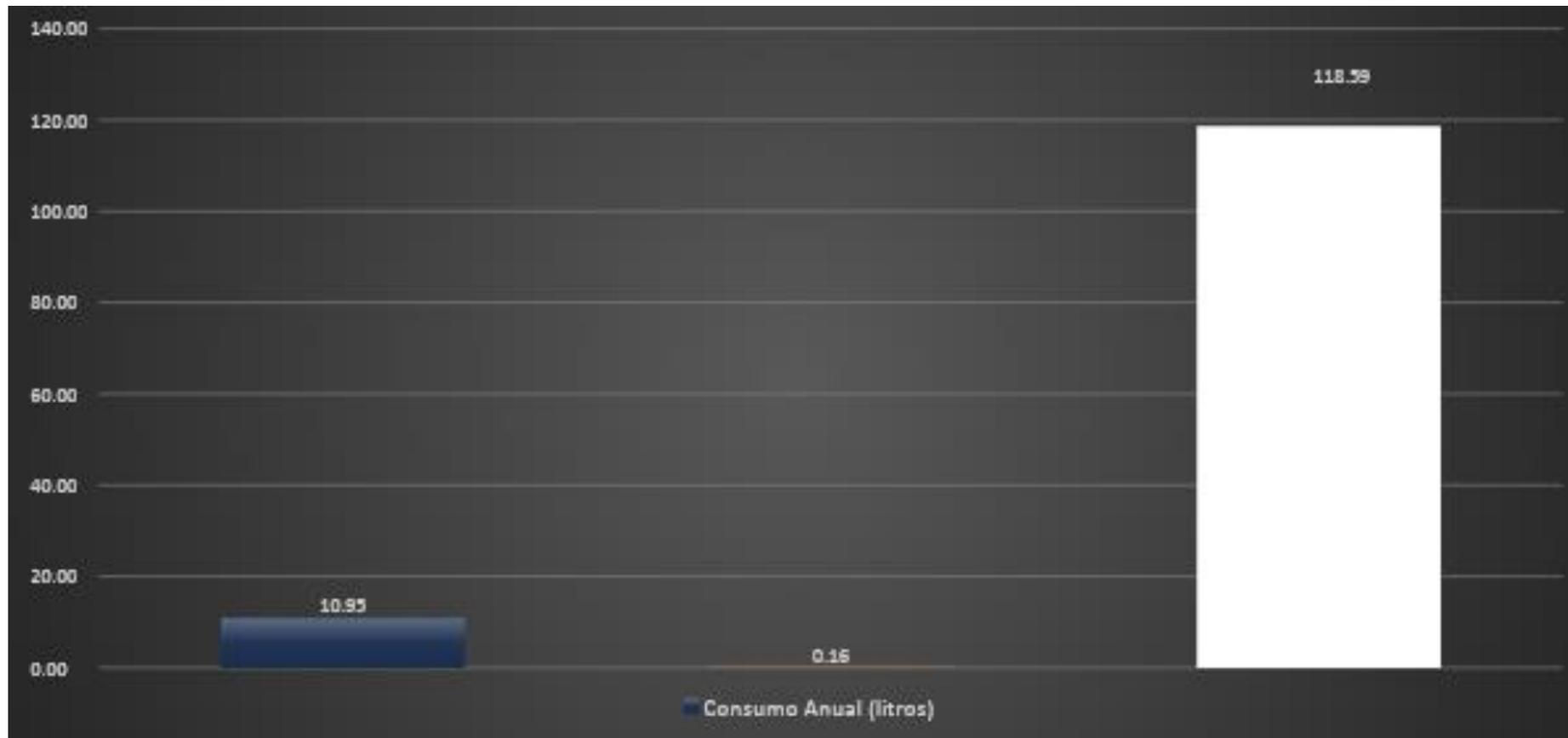
A Tabela 3 traz o resumo das emissões de GEE do Escopo 1 no TRE-SC, no ano de referência 2022.

Tabela 3 - Resumo das emissões de GEE da organização, por escopo e categoria

Emissões de Escopo 1	Combustão estacionária	Combustão móvel	Emissões fugitivas	Processos industriais	Atividades de agricultura	Mudança no uso do solo	Resíduos (resíduos sólidos + efluentes)	Total de emissões Escopo 1
CO ₂ (t)	0,21	127,20	0,19	-	-	-	-	127,60
CH ₄ (t)	-	0,02	-	-	-	-	-	0,02
N ₂ O (t)	-	0,01	-	-	-	-	-	0,01
HFC (t)			-	-				-
PFC (t)			-	-				-
SF ₆ (t)			-	-				-
NF ₃ (t)			-	-				-
CO ₂ e (t)	0,213	129,766	0,194	-	-	-	-	130,173
Emissões de CO ₂ biogênico (t)	0,022	31,382		-	-	-	-	31,404
Remoções de CO ₂ biogênico (t)				-	-	-		-

O Gráfico 2 ilustra as emissões de GEE referentes ao Escopo 1, onde se destacam as emissões relativas à combustão móvel, frota de veículos movidos à óleo diesel. As emissões desta categoria são uma das maiores do TRE-SC até o momento, somando 129,701 toneladas de CO₂ equivalente.

Gráfico 2 - Emissões de combustão móvel



Emissões do Escopo 2 Desagregadas por Categoria

A Tabela 4 traz as emissões relativas ao Escopo 2, baseada na abordagem de localização, por categoria.

Tabela 4 - Resumo das emissões de Escopo 2

Emissões de Escopo 2	Abordagem baseada em localização				Abordagem baseada em escolha de compra			
	Eletricidade (abordagem de localização)	Perdas por transmissão e distribuição (abordagem de localização)	Compra de energia térmica	Total de emissões Escopo 2 (abordagem de localização)	Energia elétrica (abordagem de escolha de compra)	Perdas por transmissão e distribuição (abordagem de localização)	Compra de energia térmica	Total de emissões Escopo 2 (escolha de compra)
CO ₂ (t)	46,20	-	-	46,20	-	-	-	-
CH ₄ (t)	-	-	-	-	-	-	-	-
N ₂ O (t)	-	-	-	-	-	-	-	-
HFC (t)								
PFC (t)								
SF ₆ (t)								
NF ₃ (t)								
CO ₂ e (t)	46,198	-	-	46,198	-	-	-	-
Emissões de CO ₂ biogênico (t)	-	-	-	-	-	-	-	-
Remoções CO ₂ biogênico (t)								

Ainda em relação às emissões de GEE relativas ao Escopo 2, o TRE-SC encaixa-se na categoria eletricidade (localização), considerando a adesão ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Os Gráficos 3 e 4 detalham as emissões do Escopo 2 (eletricidade) por Cartório Eleitoral.

Gráfico 3 - Emissões de eletricidade nos Cartórios Eleitorais

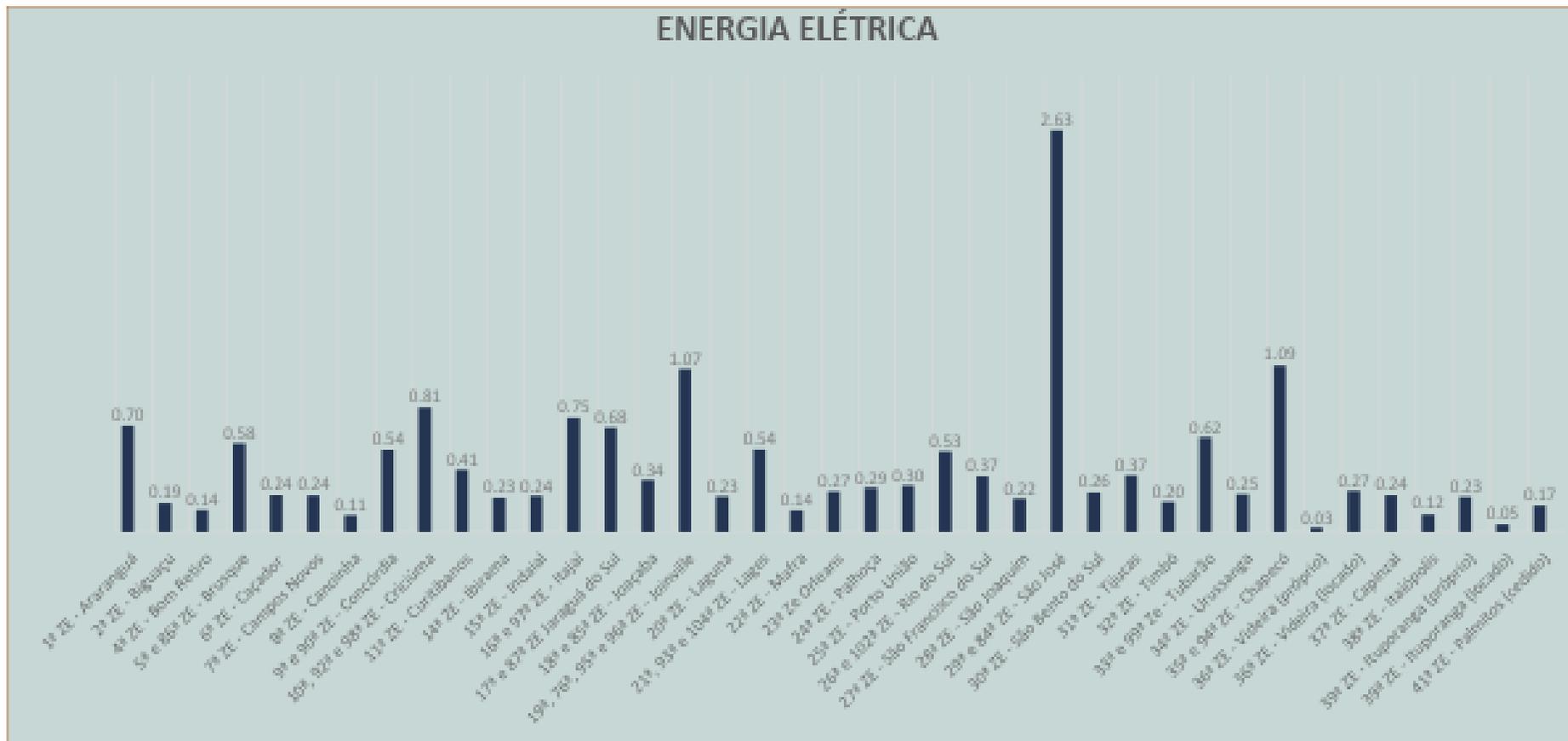
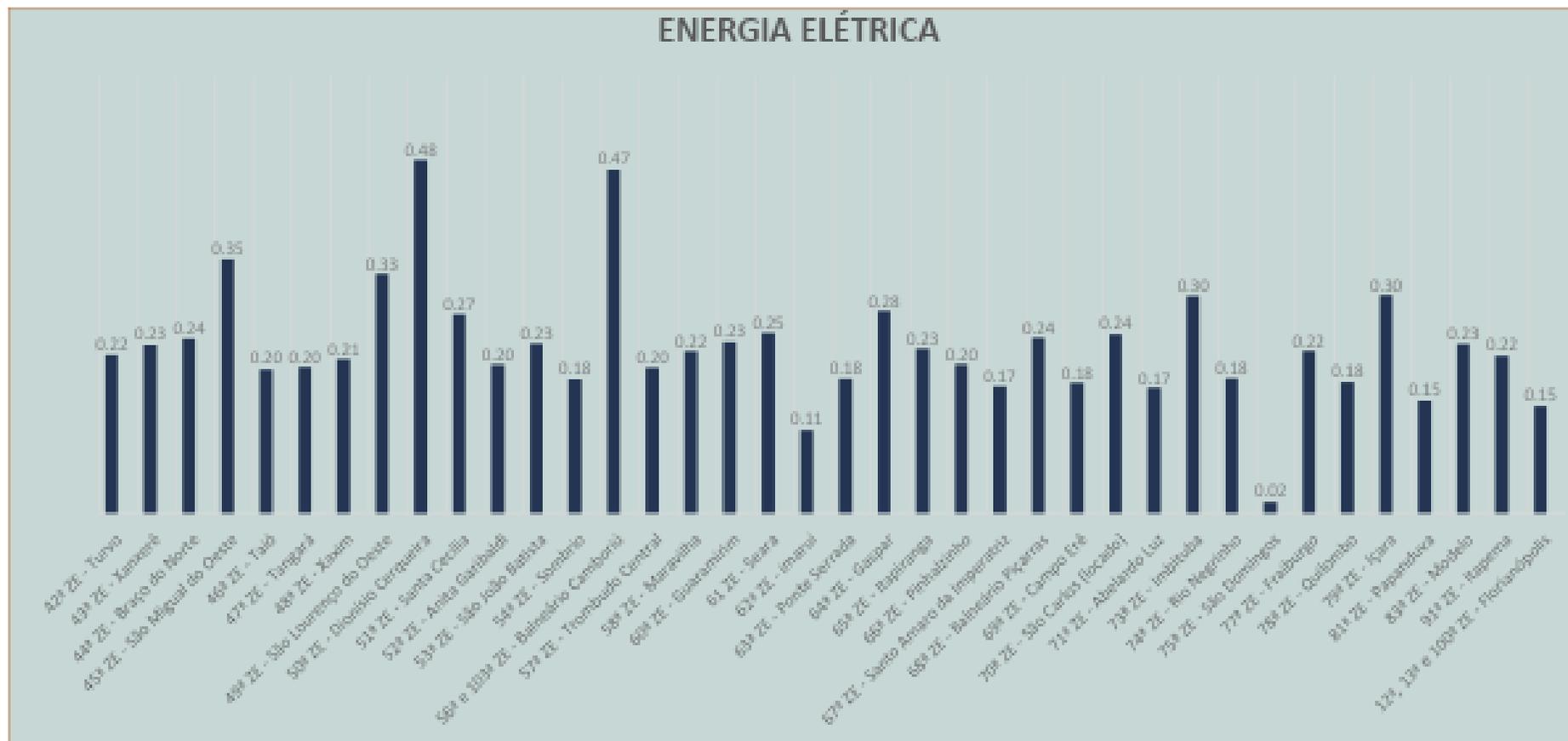


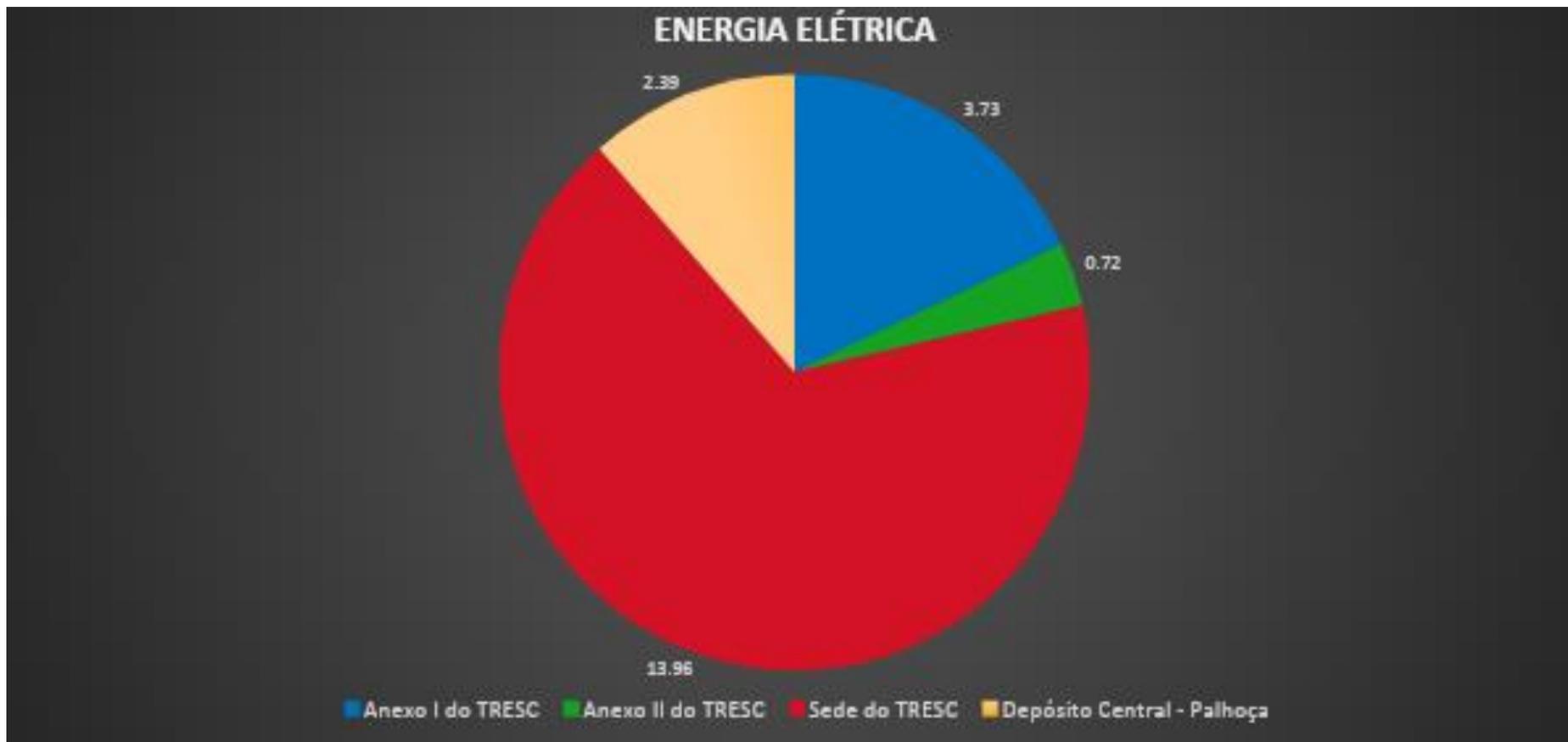
Gráfico 4 - Emissões de eletricidade nos Cartórios Eleitorais



No Gráfico 5, estão apresentadas as emissões relativas ao consumo de energia elétrica (Escopo 2) dos edifícios-Sede

(Anexos I e II e Depósito Central) do TRE-SC, onde se concentra a maior quantidade de equipamentos e servidores.

Gráfico 5 - Emissões de eletricidade na Sede e Anexos I e II



Emissões do Escopo 3 Desagregadas por Categoria

As Tabelas 5 e 6 resumem as emissões relativas às categorias do Escopo 3.

Tabela 5 - Resumo das emissões de Escopo 3

Emissões de Escopo 3	Categoria 1 Bens e serviços comprados	Categoria 2 Bens de capital	Categoria 3 Atividades relacionadas com combustível e energia não incluídas nos Escopos 1 e 2	Categoria 4 Transporte e distribuição (<i>upstream</i>)	Categoria 5 Resíduos gerados nas operações	Categoria 6 Viagens a negócios	Categoria 7 Deslocamento de funcionários (casa-trabalho)	Categoria 8 Bens arrendados (organização como arrendatária)
CO ₂ (t)	-	-	-	0,01	0,03	14,53	27,04	-
CH ₄ (t)	-	-	-	-	0,12	-	0,01	-
N ₂ O (t)	-	-	-	-	0,01	-	0,00	-
HFC (t)	-	-	-	-	-	-	-	-
PFC (t)	-	-	-	-	-	-	-	-
SF ₆ (t)	-	-	-	-	-	-	-	-
NF ₃ (t)	-	-	-	-	-	-	-	-
CO ₂ e (t)	-	-	-	0,01	7,04	14,53	28,00	-
Emissões de CO ₂ biogênico (t)	-	-	-	0,00	0,07	-	7,48	-
Remoções de CO ₂ biogênico (t)	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 6 - Resumo das emissões de Escopo 3

Emissões de Escopo 3	Categoria 9 Transporte e distribuição (<i>downstream</i>)	Categoria 10 Processamento de produtos vendidos	Categoria 11 Uso de bens e serviços vendidos	Categoria 12 Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	Categoria 13 Bens arrendados (a organização como arrendadora)	Categoria 14 Franquias	Categoria 15 Investimentos	Emissões de Escopo 3 não classificáveis nas categorias 1 a 15	Total de emissões Escopo 3
CO ₂ (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	41,60
CH ₄ (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12
N ₂ O (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,02
HFC (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PFC (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SF ₆ (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NF ₃ (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CO _{2e} (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	49,58
Emissões de CO ₂ biogênico (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	7,55
Remoções de CO ₂ biogênico (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Para a obtenção dos dados referentes ao Escopo 3, categoria Transporte e Distribuição (*upstream*), foi consultada a Coordenadoria de Eleições que, através da Seção de Logística de Eleições, informou a quilometragem referente à distribuição e coleta de urnas eletrônicas no Estado, bem como o peso total transportado. A empresa contratada não informou os tipos de veículos utilizados no percurso. Dessa forma, conforme informação do Preposto da empresa contratada, Senhor Ismael, foram utilizados 30 % de Vans classe I, 25% Vans classe II, 20% Vans classe III e 25% outros veículos maiores, no que foi considerado neste último caso o menor caminhão existente na Planilha GHG Protocol. Também foi considerado o menor veículo disponível na coleta de mídias das urnas eletrônicas, já que são utilizadas motocicletas, um tipo de veículo não previsto na planilha GHG Protocol. Considerando os percentuais de veículos utilizados, as médias de distância percorrida e peso total da carga também foram divididos. Chamou atenção a baixa emissão registrada em relação à combustão móvel verificada no Escopo 1. O que pode revelar alguma falha de cálculo da Planilha.

As maiores emissões de gases do efeito estufa verificadas foram relativas ao Escopo 1, sendo que o valor obtido decorrente das diferentes atividades do TRE-SC totalizou 130,173 toneladas de CO₂ equivalente.

Não foi possível efetuar o levantamento referente ao transporte dos materiais via Correios, dado o exíguo tempo para a conclusão dos trabalhos, conforme cronograma estabelecido pelo TSE. Tal deficiência será corrigida em inventários futuros através da previsão no Plano de Ações, Compensações e Mitigações.

Quanto aos Resíduos Sólidos Gerados, o TRE-SC possuía apenas levantamento referente aos resíduos destinados à reciclagem, os quais são rotineiramente informados no Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável. Não havia como prática usual a contabilização dos resíduos gerados destinados a aterro sanitário. Diante disso, solicitou-se à Seção de Apoio Administrativo, da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, que efetuasse a pesagem dos resíduos destinados a aterro durante uma semana (Tabela 7), para realizar uma estimativa anual com base no volume/peso semanal.

Tabela 7 – Volume de resíduos semanal

Data	Pesagem total do dia (Kg)
06/nov	39,650
07/nov	34,900
08/nov	32,650
09/nov	37,800
10/nov	35,700

Considerando o montante semanal de resíduo sólido gerado no valor de 180,70 Kg e um total 52 semanas em 2022, descontadas aproximadamente 2 semanas de recesso, computou-se um montante anual no valor de 9.035 Kg de resíduos destinados a aterro sanitário. Somados aos 612,5 Kg de resíduos clínicos e, considerando o total de servidores e colaboradores, o TRE-SC aferiu 0,72 toneladas de emissões equivalentes nesta categoria. Entretanto, não houve até o momento a confirmação do tipo de aterro pela Autarquia do município responsável pela coleta dos resíduos (COMCAP). Assim, foram considerados como resíduos do tipo A, até posterior atualização.

Quanto aos efluentes gerados, o levantamento abrangeu os edifícios-Sede e Anexos I e II do TRE-SC. Foi realizada consulta junto à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) que, através de contato com o Engenheiro Daniel Crippa,

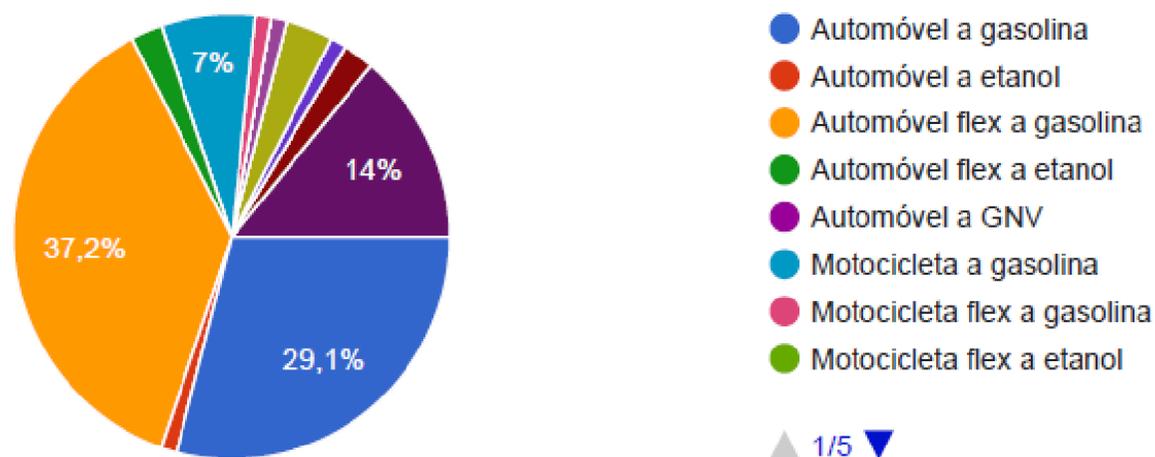
esclareceu que os efluentes do Centro de Florianópolis são tratados na Estação de Tratamento de Esgoto Insular, através da tecnologia de lodo ativado (reator aeróbio). Após passar pelo reator, os efluentes são destinados ao decantador, cloração e, ao final, são lançados no mar. Na unidade Insular seria aplicado apenas o tratamento de lodo ativado e reator aeróbio, que geraria mais lodo se comparado à unidade com reator anaeróbio, mas seria tão eficaz, se não mais, na remoção de matéria orgânica do efluente. Dos dados levantados aferiu-se o total de 6.39 toneladas de CO₂ equivalente para a geração de efluentes.

Conforme informações prestadas pela Seção de Segurança e Transporte, da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, na categoria referente às viagens a negócio, foram computados um total de 136 trechos de viagens aéreas, que representa um montante igual a 14,65 toneladas de CO₂ equivalente emitidos.

Por fim, no que tange ao deslocamento casa-trabalho, as respostas dos servidores, estagiários e terceirizados da Sede e Anexos do TRE-SC foram obtidas por meio de um formulário Google. De um total de 113 respostas, foram estimadas e contabilizadas 28,043 toneladas de CO₂ equivalente, como ilustrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Deslocamento casa-trabalho - tipo de veículo particular

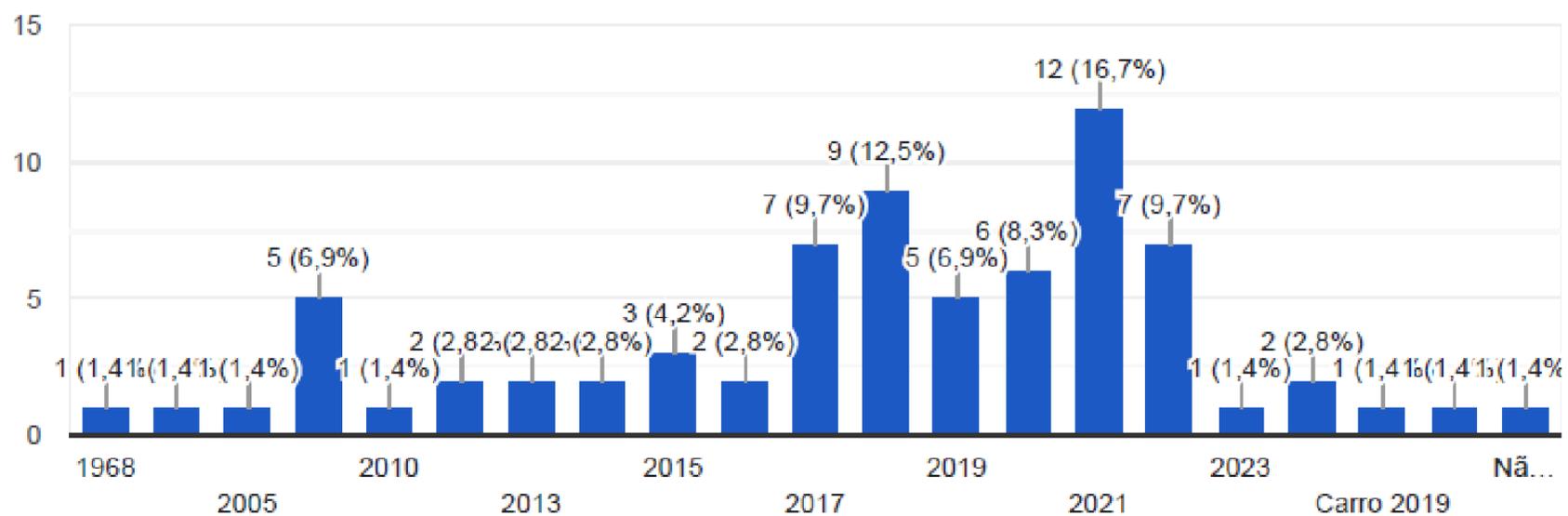
86 respostas



O Gráfico 7 representa o ano dos veículos utilizados, informação relevante, na medida em que os veículos mais atuais contam com melhores tecnologias de redução de emissão de gases do efeito estufa.

Gráfico 7 – Deslocamento casa-trabalho – Ano do veículo particular

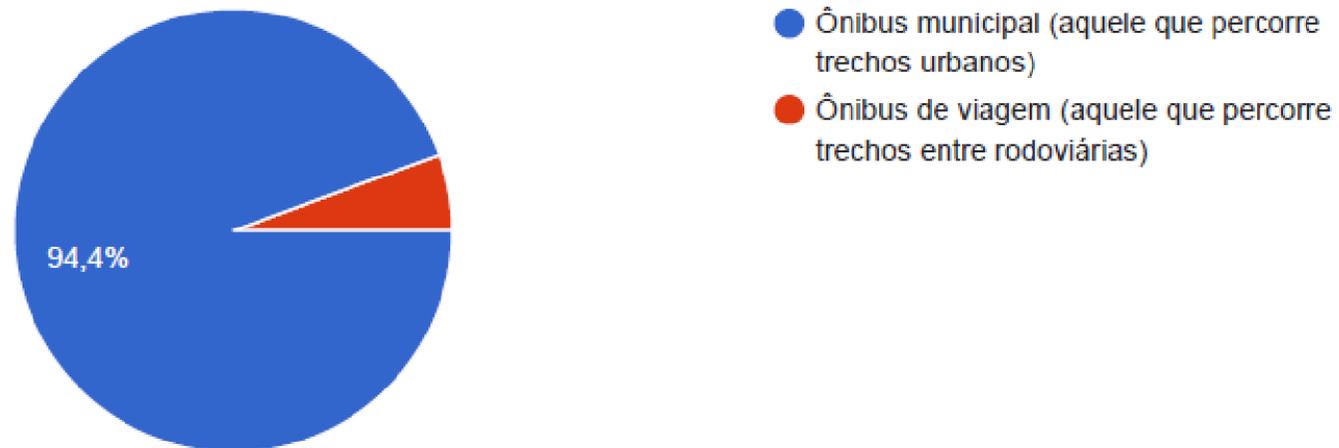
72 respostas



O Gráfico 8 ilustra o percentual de utilização de ônibus por parte dos servidores e colaboradores.

Gráfico 8 – Deslocamento casa-trabalho - tipo de ônibus utilizado

36 respostas



Por fim, o Gráfico 9 ilustra a quantidade de dias trabalhados de servidores e colaboradores ao longo do ano de 2022 e, o Gráfico 10, o número de dias presenciais.

Gráfico 9 – Deslocamento casa-trabalho – Quantidade de dias presenciais de servidores

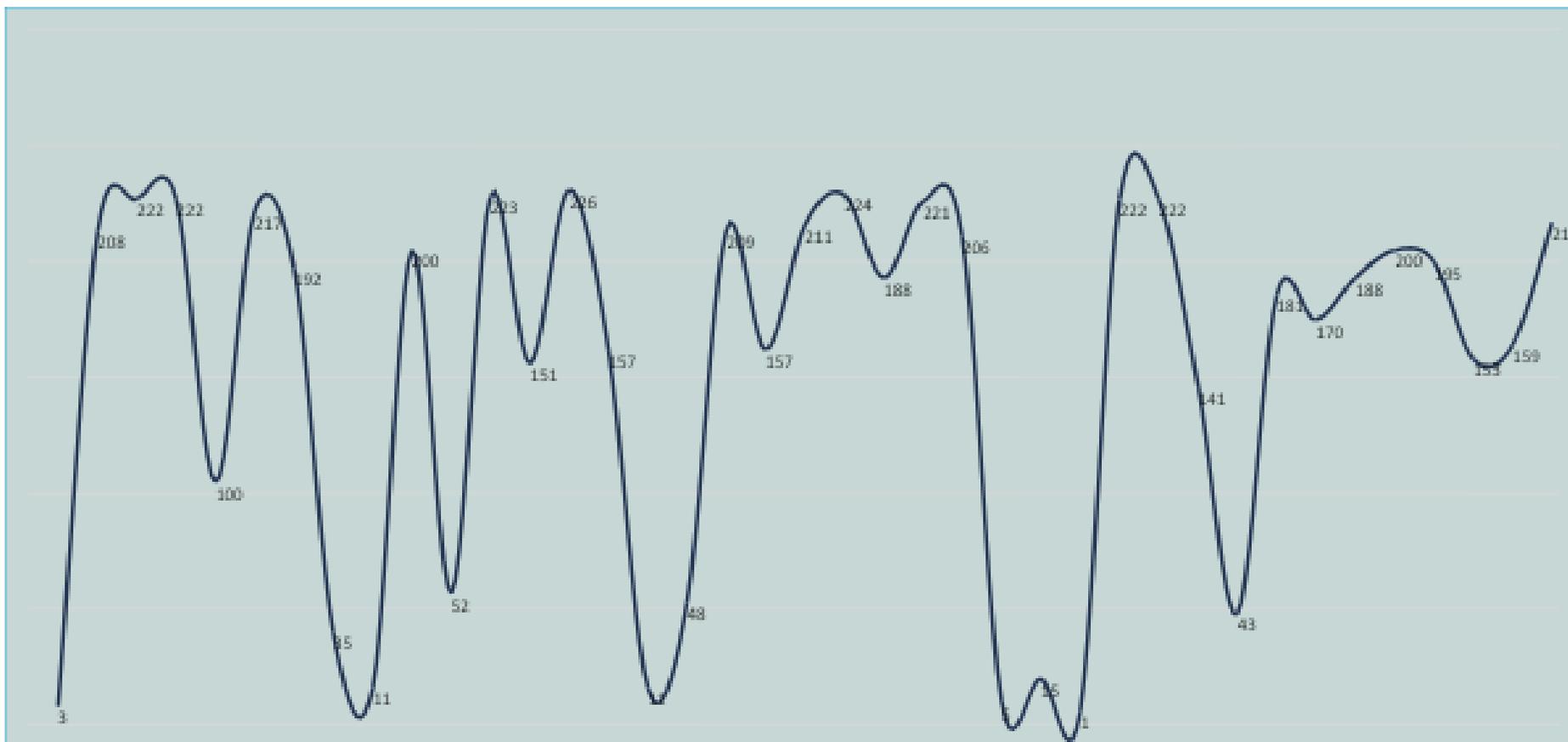
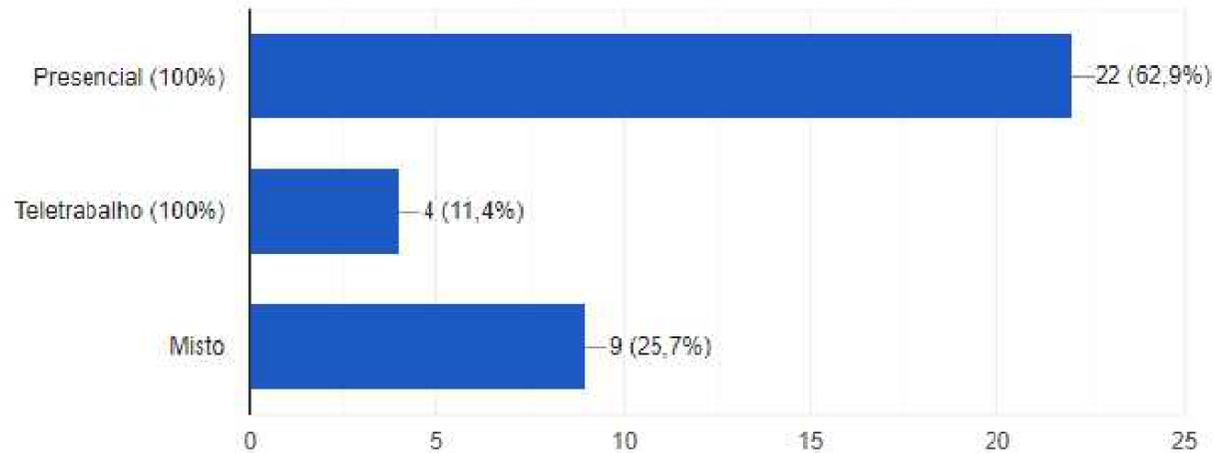


Gráfico 10 – Deslocamento casa-trabalho – Quantidade de dias presenciais de colaboradores

35 respostas



Na pesquisa realizada referente ao deslocamento casa-trabalho, não foram contabilizados na planilha GHG Protocol as respostas referentes a deslocamento a pé ou com dados faltantes que impossibilitassem seu cômputo. Na falta do ano do veículo, foi considerado o menor ano existente na planilha.

ATIVIDADES DE MITIGAÇÃO

Na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, 195 países-membro reafirmaram o compromisso de manter o aumento da temperatura média global em menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

No entanto, veículos de notícias têm registrado que esse limite foi alcançado em 2023. Em consequência disso, têm se tornado cada vez mais frequentes eventos climáticos extremos, como índices pluviométricos acima da média em algumas regiões, ondas de calor extremo frequentes, em outras. Somado a isso, as emissões decorrentes de queimadas têm atingido limites nunca antes vistos, conforme monitoramento realizado pela Metsul Meteorologia, destacado nos gráficos a seguir.

Gráfico 11 – Temperatura no Brasil. Fonte: Metsul.

Rodada: 17/09/2023 12z

Modelo GFS 0.25
Temperatura Maxima 2m (°C)

Previsao: 25/09/23 00z (+180h)

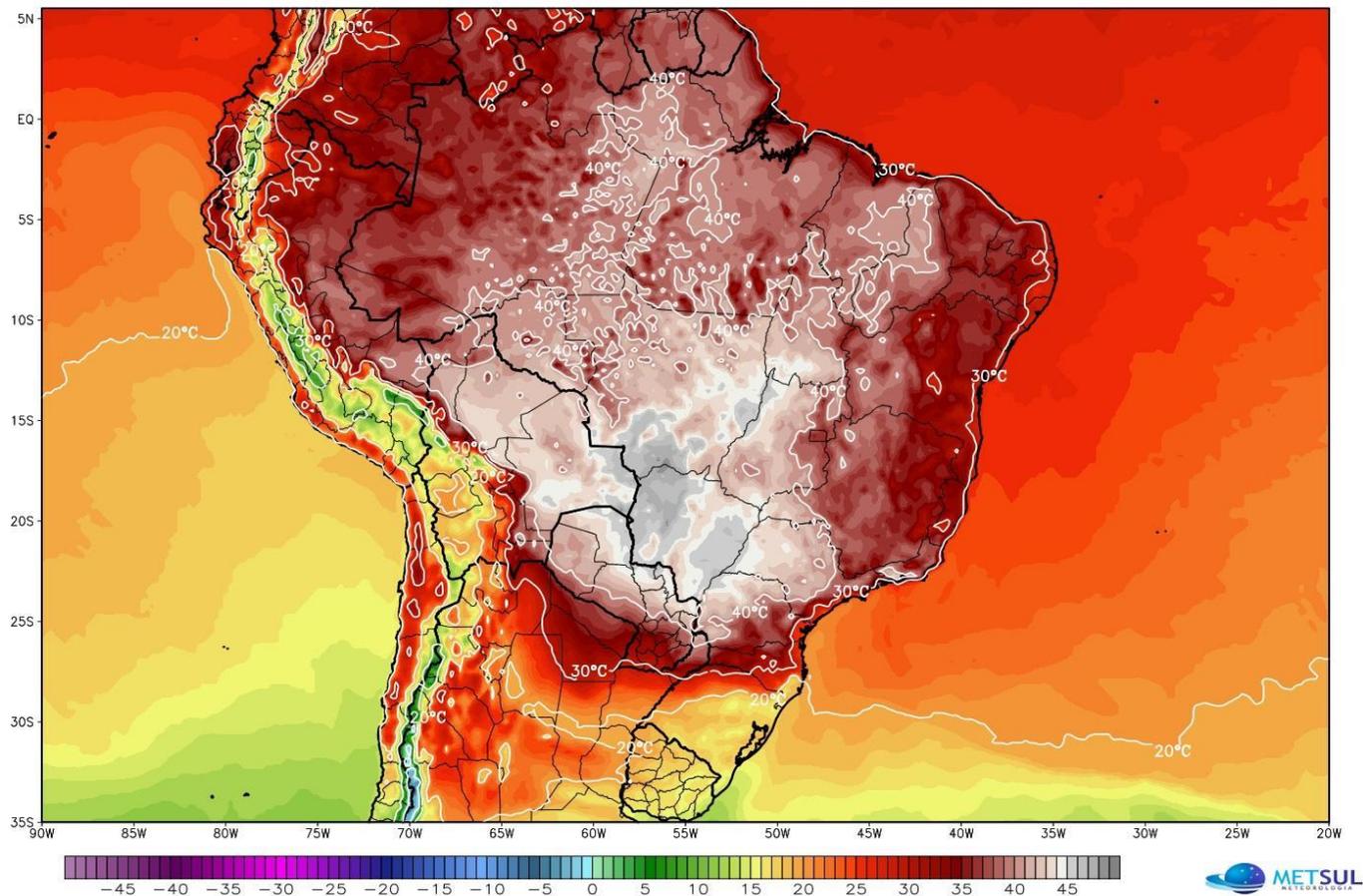
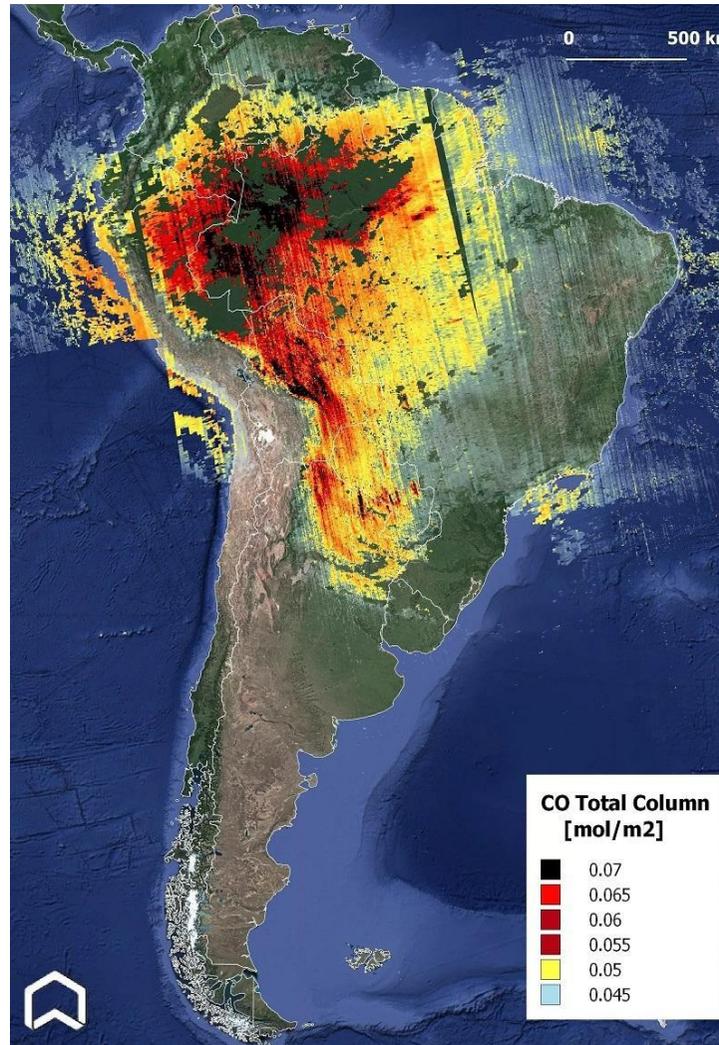


Gráfico 12 – Emissões de CO₂ por queimadas. Fonte: Metsul.



Assim, urge a necessidade de medidas concretas para reverter o quadro crítico que vem se instalando no planeta.

Iniciativas de Redução e Remoção de Emissões de GEE

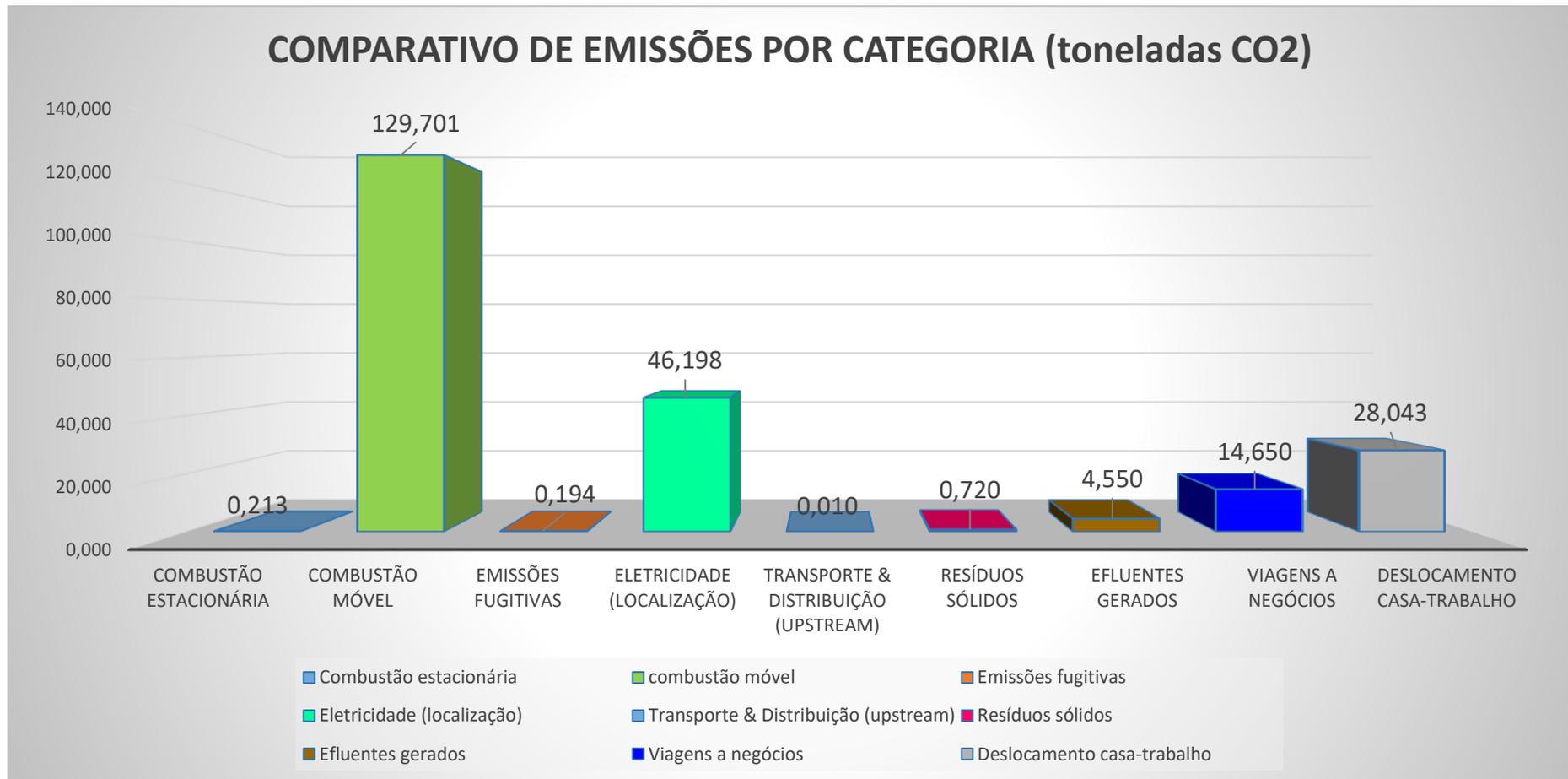
Repensar o modelo da estrutura de serviço público sob o viés da economia de recursos naturais e menor emissão de gases de efeito estufa significa, muitas vezes, modificar estilos e padrões de trabalho tradicionalmente praticados. O Plano de Ações, Compensações e Mitigações será elaborado a partir deste primeiro Inventário de Gases do Efeito Estufa e será submetido à Administração para avaliação e aplicação parcial ou integral das medidas propostas, que tocam áreas sensíveis e reclamam de administradores e dos servidores sacrifícios antes não exigidos.

Acredita-se que o presente inventário e a adesão do TRE-SC ao Projeto Nacional de Elaboração do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) é uma oportunidade única para uma campanha de conscientização interna acerca do tema. As ações direta dos servidores e as decisões tomadas pelas Administrações local e superior (TSE) têm o potencial de gerar impactos positivos na redução e mitigação de emissões de GEE dos próximos anos, por meio da sensibilização e da adoção de novas normativas para economia de energia, redução de resíduos, redução de viagens a trabalho, regulamentação e incentivo ao *home-office* e teletrabalho, entre outras. Para isso, uma campanha institucional positiva e engajadora, com pacote de orientações e medidas, traria o tema à tona, e consolidaria novos paradigmas para uma atuação ambientalmente mais responsável.

Como instituição pública, o TRE-SC deve ser modelo, instituir uma cultura de respeito ao meio ambiente, economia de energia e de recursos materiais, que impactem na redução de suas emissões de GEE.

O Gráfico 13 ilustra as atividades emissoras de CO₂ mais relevantes, onde podem estar focadas iniciativas para sua redução.

Gráfico 13 – Emissões de CO₂ por categoria



Na sequência, apresentam-se medidas e justificativas para a redução e/ou mitigação de emissão de GEE referente a cada um dos escopos do GHG Protocol, que podem ser adotadas e/ou aplicadas nos edifícios-Sede e nos Cartórios Eleitorais, guardadas as particularidades e as diferenças de cada uma dessas estruturas físicas.

Escopo	Medida	Justificativa
Medidas comuns a todos os escopos	Prever em novos contratos ou na renovação de contratos existentes, elementos normativos que permitam a apuração das emissões de GEE.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação de contratos cujo(s) objeto(s) impacte(m) na geração e emissão de GEE. ▪ Nestes contratos, incluir cláusula referente à responsabilidade de medição e/ou informação sobre a emissão de GEE por parte dos fornecedores.
Escopo 1 Combustão móvel	Mudança gradual da frota de veículos para modelos de baixa emissão, leves, com abastecimento à etanol e, na medida em que sejam economicamente acessíveis, veículos elétricos (considerar o alto impacto de emissões da produção desses veículos).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Veículos leves e movidos à etanol são, por hora, a melhor opção em termos de redução do impacto nas emissões de gases de efeito estufa. ▪ A utilização de veículos elétricos deve ser analisada também sob o viés do alto impacto das emissões da produção desse tipo de automóvel, que utiliza baterias de lítio com alto impacto ambiental e vida útil limitada.
Escopo 1 Emissões fugitivas	Inserção de cláusulas nos editais de licitação e contratos de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, extintores, bebedouros refrigerados, geladeiras, que torne obrigatória a quantificação de inserção ou troca de gases refrigerados (emissões fugitivas).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As emissões fugitivas somente podem ser quantificadas no procedimentos de recarga dos gases refrigerados. Nos atuais contratos, as manutenções não descrevem a quantidade de gás inserida nas recargas. A adaptação destes contratos é medida de aplicação imediata.

<p>Escopo 2 Consumo de Energia Elétrica</p> <p>Escopo 3 Categoria 1 Bens e Serviços</p>	<p>Criação de espaços de <i>coworking</i> para os servidores que necessitem trabalhar no modo presencial, otimizando espaços, equipamentos, energia, limpeza, climatização, luminosidade, com minimização uso de elevador (espaços no térreo ou andares baixos).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços compartilhados, equipados e estruturados, promovem economia de energia, de equipamentos e recursos públicos. ▪ A utilização poderá ser de forma escalonada por unidade ou utilizar modelos de espaço de <i>coworking</i>, feitos sob reserva. ▪ Horários estendidos (8h às 20h) a espaços com sala de reuniões e de videoconferência unificados e compartilhados. Esse modelo já vem sendo utilizado para os espaços da Biblioteca e do 9º pavimento.
<p>Escopo 2 Consumo de Energia Elétrica</p> <p>Escopo 3 Categoria 7 Deslocamento funcionários (casa-trabalho)</p> <p>Escopo 3 Categoria 1 Bens e Serviços</p>	<p>Cartórios Eleitorais com atendimento ao público por meio de agendamento telefone (0800) ou via internet, permite melhor organização do trabalho presencial sob demanda, podendo estabelecer um dia por semana em plantão presencial, por ordem de chegada, inclusive para advogados e partes.</p> <p>Para os períodos de fechamento de cadastro cuja demanda é alta a cada dois anos, estruturar atendimento manter agendamento, simultâneo com atendimento por ordem de chegada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento realizado em dias e horários determinados pode ser solução para otimizar recursos e economizar energia (luz, computadores, climatização, etc.), além de permitir que servidores atendam às demandas internas de cadastro e processos de forma concentrada e efetiva nos dias em que não haja atendimento. ▪ Observa-se número baixo de atendimentos ao público externo nos cartórios eleitorais fora dos períodos de fechamento de cadastro. ▪ Muitos serviços foram migrados para a via digital, dispensando a presença física do eleitor. ▪ A organização do tempo é um importante valor da sociedade contemporânea, tanto para o público, quanto para as instituições.

Escopo 2 Consumo de Energia Elétrica	<p>Nas salas climatizadas, manter a temperatura e potência do ar condicionado em 22 graus, deixando portas e janelas fechadas para a conservação da temperatura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuação dos servidores dentro dos critérios de uso racional de energia deve ter caráter obrigatório. Sugere-se a produção de orientações a serem publicadas e disponibilizadas em uma Carta de Compromisso Ambiental.
Escopo 2 Consumo de Energia Elétrica	<p>Instalação de sensores de presença nos corredores para o acionamento da iluminação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Economia de energia.
Escopo 2 Consumo de Energia Elétrica	<p>Utilização racional de energia, ligando a iluminação apenas quando necessário e desligando ao sair do ambiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Economia de energia. Sugere-se a produção de orientações a serem publicadas e disponibilizadas em uma Carta de Compromisso Ambiental.
Escopo 3 Categoria 1 Bens e serviços	<p>Inserção de cláusulas em editais de licitação que favoreçam a obtenção de dados de emissão junto aos fornecedores para fins de informação nos próximos relatórios de inventário de GEE, na categoria Bens e Serviços adquiridos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As emissões referentes ao Escopo 3 são difíceis de quantificar, pois não são emitidas diretamente pelo TRE-SC. Porém, são emissões que estão presentes nos bens e serviços adquiridos e sua quantificação incorreta pode levar a um pseudodiagnóstico. Adaptar os contratos para exigir, na medida do possível, dados sobre as emissões de GEE de bens e serviços é essencial para quantificar as emissões sob a responsabilidade do TRE-SC.
Escopo 3 Categoria 1 Bens e Serviços	<p>Limitação de equipamentos e telas por servidores, para o máximo 2 telas e um computador ou notebook.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sobriedade digital. Equipamentos de informática são fabricados com elementos químicos raros (lítio, tântalo, etc), cuja extração é extremamente gravosa para o meio ambiente e exige grande consumo de CO₂.

<p>Escopo 3 Categoria 4 Transporte e Distribuição UpStream</p>	<p>Desenvolvimento de aplicativo da urna digital para eleições da comunidade, de forma a avançar em soluções para a substituição das atuais urnas eletrônicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A emissão de GEE decorrente de transporte das urnas pelo estado apresentou-se como a mais relevante fonte de emissão. Aprimorar o uso desse dispositivo de votação, migrando para aplicativo virtual seguro deve ser uma meta a ser almejada, além de outras alternativas que possam ser pensadas e aplicadas durante esse processo. ▪ O TRE-SC sempre esteve a frente nas inovações com relação ao aprimoramento dos processos eleitorais. ▪ Projetos-piloto de novas modalidades de votação devem ter prioridade e devem ser incentivados entre servidores e colaboradores, em trabalho realizado em conjunto com outros Tribunais Regionais e com o Tribunal Superior Eleitoral, por meio de projetos colaborativos e não competitivos.
<p>Escopo 3 Categoria 5 - Resíduos gerados nas operações</p>	<p>Reforçar a cultura da triagem do resíduos, reavaliando as informações sobre reciclagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A atuação dos servidores na triagem correta é fundamental e deve ter caráter obrigatório no TRE-SC. Sugere-se a produção de orientações a serem publicadas e disponibilizadas em uma Carta de Compromisso Ambiental.
<p>Escopo 3 Categoria 5 - Resíduos gerados nas operações</p>	<p>Eliminar a disponibilidade de copos descartáveis de plástico para uso interno, reforçando a cultura da própria garrafa, caneca ou copo. Nos pontos onde haja necessidade de utilização de copos descartáveis, devem ser feitos de material biodegradável, de preferência papel reciclável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esta medida já vem sendo implantada do TRE-SC, sendo necessária tão somente, uma uniformização da prática nos cartórios eleitorais. ▪ As compras podem ser direcionadas para copos de papel (não necessariamente para

		<p>o copo envelope que vem sendo atualmente utilizado).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Colocar à disponibilização do servidor, para aquisição, de garrafas e canecas personalizadas com nome e emblema TRE-SC, com uma frase de incentivo do tipo “faço minha parte pelo planeta”.
<p>Escopo 3 Categoria 5 - Resíduos gerados nas operações</p>	<p>Aderir à coleta de resíduos orgânicos (Seletiva Flex Floripa) direcionados para compostagem, com aquisição de contentor modelo europeu na cor marrom onde serão acondicionados os resíduos orgânicos. Instalar lixeiras orgânicas nas copas do TRE-SC Orientar os Cartórios Eleitorais a aderirem a esse tipo de serviço, quando disponível.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A atuação dos servidores na triagem correta é fundamental e deve ser objeto de campanhas de conscientização permanentes pelo TRE-SC. ▪ Sugere-se a produção de orientações a serem publicadas e disponibilizadas em uma Carta de Compromisso Ambiental. ▪ A recuperação de resíduos orgânicos para compostagem é um importante medida que gera uma expressiva diminuição de rejeitos, direcionando matéria orgânica para produção de adubo, gerando empregos e fomentando a agricultura e consumo sustentável. ▪ A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) fornece sacos compostáveis para estimular a adesão e a separação no primeiro mês.

<p>Escopo 3 Categoria 7 Deslocamento funcionários (casa-trabalho)</p>	<p>Adoção do <i>home-office</i> como padrão de forma de trabalho, tanto para a as unidades da Sede, quanto para os Cartórios Eleitorais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O deslocamento casa-trabalho dos servidores e colaboradores foi mapeado como uma importante fonte de emissão de GEE. A admissão de trabalho presencial deverá ter caráter extraordinário, limitado para os casos em que seja indispensável, ou os casos em que servidor habite às proximidades a ponto de dispensar deslocamento veicular.
<p>Escopo 3 Categoria 7 Deslocamento funcionários (casa-trabalho)</p>	<p>Criação de aplicativo para viagens compartilhadas entre servidores do TRE-SC e dos Cartórios Eleitorais, permitindo a utilização otimizada e racional dos transportes para o deslocamento, minimizando emissões e compartilhando custos financeiros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O deslocamento casa-trabalho-casa é um importante fator de emissão do TRE-SC. Incentivar a cultura do compartilhamento de viagens entre servidores que habitam em uma mesma região, por meio de desenvolvimento de aplicativo de carona compartilhada que agregue compartilhamento de custos e formas de pagamento, como aplicativos como Uber, por exemplo.
<p>Escopo 3 Viagens a negócio</p>	<p>Redução de viagens de avião que utilizem combustíveis poluentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segundo a <i>International Energy Agency (IEA)</i>⁶, a média mundial por quilômetro rodado para o transporte aéreo emite cerca 123g de CO₂ por pessoa (uma viagem ida e volta de Florianópolis para Brasília gera 255Kg de CO₂ por pessoa). O TRE-SC, com base no compromisso de reduzir emissões de gases de efeito estufa, deve priorizar reuniões em ambiente virtual e desencorajar os deslocamentos por avião

⁶ <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/well-to-wheel-wake-wing-ghg-intensity-of-motorised-passenger-transport-modes-2>

		<p>que utilizem combustíveis poluentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Limitar deslocamentos por avião ao número mínimo de pessoas (1 representante) e somente quando for absolutamente indispensável a presença pessoal.
<p>Escopo 3 Viagens a negócio</p>	<p>Reuniões, conferências, treinamentos e capacitações promovidas pelo TRE-SC devem ser organizados e executados para assumirem formatos virtuais (acesso síncrono ou assíncrono), tanto para público interno e externo, inclusive as preparatórias para as eleições (prestação de contas, etc.), utilizando-se as plataformas virtuais já tradicionalmente utilizadas pelo TRE-SC.</p> <p>As reuniões e treinamentos presenciais devem se limitar às capacitações envolvendo trabalho de manutenção (exemplo: técnico de urnas).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evitar deslocamentos em veículos contribui para a redução de emissões de gases de efeito estufa e é um importante fator de economia de recursos públicos. ▪ As reuniões em formato visual contribui para o aceso de formação e instrução do TRE-SC, permitido o acesso maximizado e democratizado do conteúdo.

Projetos de Redução ou Melhoria de Emissões de GEE

No que tange às emissões em razão do consumo de energia, há previsão no Plano de Ações de Sustentabilidade de estudos para implementação de usina fotovoltaica. O Plano de Ações encontra-se publicado em <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/sustentabilidade/plano-de-logistica-sustentavel>

A iniciativa de implementar usinas de energia solar tem sido cada vez maior por diversos tribunais no país e certamente contribui com a redução de emissões ao se mudar a matriz energética.

Relativamente ao transporte e distribuição, considerando a necessidade de coleta e distribuição de urnas em todos os pleitos, há estudos para o desenvolvimento de aplicativo destinado às Eleições da comunidade. O que eventualmente pode se tornar a alternativa viável para a substituição das urnas e conseqüentemente eliminar toda emissão decorrente das logística que envolve o transporte nas eleições.

Metas de Redução ou Melhoria de Emissões de GEE

Não foram estabelecidas metas de redução ou melhoria, considerando que se trata do primeiro levantamento. Com a elaboração do Plano de Ações, Compensações e Mitigações, certamente serão traçadas diretrizes de enfrentamento ao problema das emissões por parte do TRE-SC.

AVALIAÇÃO E REDUÇÃO DA INCERTEZA

O presente relatório é o primeiro inventário de GEE elaborado TRE-SC, no qual foram utilizados os dados das emissões disponíveis no momento da coleta. Os dados coletados referem-se majoritariamente à Sede do TRE-SC (e dos edifícios Anexos I e II), uma vez que não houve tempo hábil e/ou disponibilidade das informações sobre as edificações que abrigam os Cartórios Eleitorais. No entanto, alguns dados obtidos em relação aos Cartórios Eleitorais foram incluídos para o cálculo das emissões apresentadas neste documento.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – **Gases de efeito estufa Parte 1: Especificação com orientação no nível da organização para quantificação e notificação de emissões e remoções de gases de efeito estufa.** 2ª edição, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 13 de nov. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n.º 400, de 16 de junho de 2021.** Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986> . Acesso em: 13 de nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. **Portaria da Presidência N. 83/2021, de 30 de junho de 2021.** Institui o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2021 a 2026 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/portaria-p/2021/portaria-p-n-83-de-30-de-junho-de-2021>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. **Guia para elaboração de inventário de gases de efeito estufa.** Disponível em https://www.tre-sp.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfs/web/viewer.html?file=https://www.tre-sp.jus.br/institucional/governanca_institucional/arquivo/tre-sp-guia-para-elaboracao-de-inventario-de-gases-de-efeito-estufa-2023/@@download/file/TRE-SP_Guia%20VERS%C3%83O%2014-%202ed.pdf Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. **Portaria da Direção-Geral N. 163/2021, de 30 de junho de 2021.** Institui os indicadores de desempenho, as metas para os exercícios 2021 e 2022 e as iniciativas estratégicas do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/portaria-dg/2021/portaria-dg-n-163-de-30-de-junho-de-2021>. Acesso em: 20 set. 2022.

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

VALORES

Transparência – Ética – Imparcialidade
Respeito – Comprometimento –
Inovação – Coerência – Cooperação